

CAPÍTULO XIII

Acumulação e ciclo no capitalismo tecnoburocrático

Na primeira e na segunda parte deste livro examinamos o problema da acumulação capitalista e da distribuição entre lucros e salários a partir de uma perspectiva de longo prazo. No capítulo anterior descemos o grau de abstração para o nível do ciclo econômico e dos ciclos longos, mas ainda permanecemos em um nível técnico ou de abstração relativamente elevado. Em toda a análise, entretanto, a preocupação fundamental foi de não perder a perspectiva histórica, foi a de não desligarmos a teoria da prática de acumulação capitalista, já que o quadro de referência era sempre o modo de produção capitalista.

Neste capítulo final o objetivo é descer ainda um pouco mais o grau de abstração, e tentar compreender o que mudou na dinâmica de longo prazo e na dinâmica cíclica do capitalismo na segunda metade do século XX.

As variáveis que continuam a nos interessar são os parâmetros fundamentais da acumulação e da distribuição capitalista: a taxa de aumento da produtividade e de crescimento do produto, a taxa de lucro e de salários, a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital, e a taxa de acumulação. Mas, nos quadros do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático — denominação que damos à formação social mista, ainda basicamente capitalista mas crescentemente oligopolista e estatal, que se tornou dominante nesta segunda metade

do século XX — é preciso considerar algumas outras variáveis. De um lado, ainda entre as variáveis estruturais, será preciso agora considerar, além da taxa de salários, a taxa de ordenados da classe média tecnoburocrática.

Por outro lado, dado o enorme aumento da intervenção do Estado na produção e na regulação micro e macroeconômica, torna-se necessário examinar os problemas keynesianos relativos ao desequilíbrio entre a oferta e a procura agregadas, e, em consequência, os problemas de desemprego, da inflação e do desequilíbrio externo. Na primeira e segunda parte deste livro pressupúnhamos uma economia de pleno emprego controlada pelo mercado. Este pressuposto foi explicitamente abandonado quando examinamos os ciclos. Agora é necessário tentar compreender a dinâmica capitalista dos nossos dias em que além do mercado, o Estado, através da política econômica, torna-se agente ao mesmo tempo equilibrador e desequilibrador do sistema.

Dividiremos este capítulo em seis seções. Na primeira examinaremos sumariamente os fatos históricos novos que vieram definir, na segunda metade do século XX, o Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático ou de Estado. Na segunda seção estudaremos as alterações ocorridas nos ciclos em função desses fatos novos. Na terceira e na quarta seção discutiremos a influência das mudanças tecnológicas e institucionais que marcaram a emergência do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático sobre os ciclos longos e sobre os ciclos econômicos normais. Na quinta seção analisaremos o fenômeno do enfraquecimento e da inversão de sinais ocorridos nos mecanismos automáticos de mercado com vistas à regulação da economia. Na sexta seção examinaremos sumariamente a crise financeira profunda em que foram entrando as economias capitalistas em função da inversão dos sinais de alguns dos mecanismos automáticos de mercado mais importante. Terminaremos esse capítulo e o livro com uma breve menção ao debate entre economistas conservadores e economistas progressistas sobre as causas da crise e, sobre o papel da intervenção do Estado, fazendo uma referência aos limites impostos às políticas pela lei do valor e pelas leis da dinâmica cíclica e de longo prazo de acumulação capitalista, as quais, conjuntamente com as leis da distribuição capitalista entre lucros e salários, foram o objeto principal deste livro.

1

Em termos de acumulação capitalista de longo prazo, as modificações estruturais básicas estão relacionadas com os fatos históricos novos que surgiram na segunda metade do século XX, e deram origem a uma formação social mista, que podemos chamar de Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, na qual o modo capitalista de produção é ainda dominante mas existem fortes traços do modo tecnoburocrático ou estatal de produção.

Podemos destacar seis fatos históricos novos:

1) um forte crescimento da intervenção do Estado no plano econômico;

2) um crescimento das grandes empresas privadas nacionais e multinacionais e a conseqüente oligopolização e cartelização de diversos mercados;

3) o crescimento do poder dos sindicatos não apenas de operários mas também de funcionários pertencentes à baixa tecnoburocracia;

4) o surgimento de uma nova classe, ao lado da classe capitalista, ou burguesia, e da classe trabalhadora, ou proletariado, que propomos chamar de tecnoburocracia ou classe média tecnoburocrática;

5) a aceleração vertiginosa do progresso técnico, agora com ênfase muito menor em mecanização, ou seja, em mera substituição de mão-de-obra por máquinas e muito mais na substituição de máquinas mais caras ou menos eficiente por máquinas mais baratas ou mais produtivas; e

6) enorme crescimento da produção de bens de consumo duráveis.

As conseqüências desses fatos históricos novos sobre o processo de acumulação de longo prazo do sistema capitalista são contraditórias, embora se possa imaginar que, em média, e apesar das crises, tenderam a acelerar o processo de acumulação, não obstante um certo prejuízo para a taxa de lucro.

O aumento da intervenção do Estado serviu, de um modo geral, para acelerar o processo de acumulação, seja porque o Estado assume as atividades menos rentáveis e dessa forma subsidia o setor privado, seja porque realiza despesas

sociais que barateiam o custo da mão-de-obra para o setor privado, seja, finalmente, porque a atividade reguladora do Estado, ao corrigir certas distorções do mercado, permitiram uma utilização macroeconômica e alocação de recursos mais eficientes.

Em relação a este último problema, entretanto, a discussão entre economistas conservadores e progressistas será eterna. Os conservadores afirmarão sempre que a intervenção reguladora do Estado é ineficiente, provocando mais distorções do que compoendo as existentes. E afirmarão ainda que as empresas estatais são intrinsicamente menos eficientes do que as privadas. Nesse caso, a intervenção do Estado só se justificaria do ponto de vista de distribuição de renda, já que na esfera de produção traria mais prejuízos do que benefícios. E mesmo na esfera da distribuição, para os conservadores mais extremados, os efeitos distributivos de ação estatal seriam ainda discutíveis.

Contra esse tipo de discussão profundamente marcada por fatores de ordens ideológica, o único argumento de caráter científico talvez seja a própria tendência em direção à estatização das economias. Essa tendência ocorre não apenas sob governos progressistas ou social-democratas, mas também sob governos conservadores. Esta é uma indicação segura, portanto, que a crescente intervenção do Estado na economia, apesar das distorções que pode provocar, é funcional para a acumulação capitalista. A existência de empresas estatais ineficientes e de políticas econômicas equivocadas, que levam à distorção no processo de regulação do estatal, não impede que, na média, o efeito da crescente intervenção do estado seja o de manter a taxa de lucro e acelerar o processo de acumulação de capital das economias capitalistas tecnoburocráticas.

O crescente domínio das grandes empresas e a oligopolização dos mercados têm novamente efeitos contraditórios sobre o processo de acumulação, e é também objeto de discórdia ideológica. Neste caso, entretanto, a divergência não é entre conservadores e progressistas, mas entre, de um lado, conservadores livremercadistas e progressistas românticos, defensores das pequenas empresas, e, de outro lado, conservadores e progressistas desenvolvimentistas. A divergência entre estes últimos está apenas na menor ou maior regula-

mentação que defendem sobre as empresas oligopolistas. Ambos, entretanto, reconhecem o fato óbvio de que o crescimento das empresas não é uma mera distorção do mercado, mas responde a efetivas economias de escala na produção, ou a vantagens na comercialização em grande escala, ou, enfim, à maior eficiência na alocação de recursos resultantes da centralização financeira.

O fato concreto é que as grandes empresas, não obstante os efeitos perversos que certamente têm sobre a distribuição de renda e sobre a inflação, apresentam, em determinados setores, um conjunto de vantagens sobre as pequenas empresas que têm permitido a manutenção da taxa de lucro e da taxa de acumulação. As infinitas pesquisas dos especialistas em organização industrial sobre o assunto provavelmente jamais chegarão a um resultado conclusivo. É difícil, entretanto, não reconhecer que o desenvolvimento das técnicas administrativas e de controle, principalmente depois do advento dos computadores e do modelo de organização funcional descentralizada, permitiram uma eficiência muito maior para as grandes empresas.

O terceiro fato histórico novo da segunda metade do século XX — o grande crescimento dos sindicatos — tem novamente conseqüências contraditórias sobre a taxa de lucro e a taxa de acumulação. O efeito imediato é negativo na medida em que, principalmente a partir de meados dos anos sessenta, os trabalhadores começam a conseguir aumento de salários claramente superiores à taxa de aumento da produtividade.¹ Por outro lado, entretanto, as reivindicações trabalhistas funcionaram sempre como uma forma de sustentação da demanda agregada, na medida em que, impedindo uma excessiva concentração da renda, estimulavam a procura por bens de consumo duráveis. Provavelmente, entretanto, os fatores negativos sobre a taxa de acumulação e sobre a taxa de lucro superaram os positivos. Houve aqui o clássico conflito entre crescimento e distribuição de renda.

¹ Antônio Barros de Castro assinala a “fase crítica em que o capitalismo ingressa por volta de 1966. Torna-se, portanto, no período em questão, um relaxamento da disciplina social do capitalismo. Os trabalhadores negociam, item por item, as condições de sua subordinação ao capital” (em *O Capitalismo Não é Mais Aquela*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979, p. 184.).

O quarto fato histórico novo — o surgimento da tecnoburocracia enquanto nova classe social — tem mais uma vez efeito contraditório sobre a taxa de acumulação, embora, em última análise, deve ter tido efeitos positivos. A emergência da tecnoburocracia está intimamente correlacionada com o crescimento do grande Estado produtor e regulador e com o desenvolvimento das grandes empresas oligopolistas. Para administrar e coordenar essas grandes empresas e esse grande Estado de forma razoavelmente eficiente não havia outra alternativa senão o surgimento de uma nova classe média de funcionários e administradores, que, ao invés de realizarem trabalho-produtivo, como os trabalhadores, realizam trabalho coordenativo ou trabalho administrativo.

Entre os tecnoburocratas existem certamente os incompetentes. E mesmo quando capazes, os erros administrativos são inevitáveis. Por outro lado uma tendência ao autoritarismo é inquestionável. É inútil, entretanto, concentrar sobre eles as culpas pelos males do mundo. Esta pode ser uma tese democrática, mas certamente é também uma posição conservadora daqueles que querem irrealisticamente voltar aos *velhos bons tempos* do capitalismo competitivo.

Vale assinalar, entretanto, que a tecnoburocracia, embora tenha um efeito positivo sobre a taxa de acumulação, na medida em que administra o Estado produtor e regulador e as grandes empresas, tende também a reduzir os lucros das empresas. Isto ocorre na medida que uma parcela desses lucros é antecipadamente apropriada por essa própria tecnoburocracia ao mesmo tempo que ela vai assumindo o controle das grandes empresas e transformando seus acionistas em meros rentistas. Esta contradição entre redução da taxa de lucro e a manutenção da taxa de acumulação é possível na medida em que deixam de ser os capitalistas que tomam as decisões de investir. Esse poder vai aos poucos sendo transferido para os tecnoburocratas que estão dispostos a conviver com lucros depois de pagarem seus ordenados relativamente menores.

O quinto fato histórico novo da segunda metade do século XX — a aceleração do progresso técnico, especialmente do progresso técnico poupador de capital — tem um efeito claramente favorável na taxa de lucro e no processo de acumulação. Conforme vimos extensamente na primeira parte

deste livro, o progresso técnico poupador de capital, em que o aumento da produtividade do trabalho é acompanhado do aumento da relação produto-capital, foi o fato decisivo a impedir que a tendência declinante da taxa de lucro se concretizasse. Além disso, foi a grande válvula que permitiu que o Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático compatibilizasse aumentos dos salários e dos ordenados superiores ao aumento da produtividade com a relativa manutenção da taxa de lucro.

O sexto e último fato novo — o crescimento extraordinário da produção de bens de consumo duráveis — foi, de um lado, uma maneira de expansão das relações especificamente capitalistas de produção, através do lançamento de uma série infindável de novos bens de consumo. A noção de consumismo está diretamente relacionada com esse fato econômico. Até o início do século XX os bens de consumo durável pertenciam quase exclusivamente à esfera da produção artesanal. Limitavam-se aos móveis e aos vários tipos de veículos puxados por animais. Esta situação muda radicalmente com a indústria automobilística, depois com a indústria de eletrodomésticos e, finalmente, com a indústria eletrônica. Os bens de consumo durável passam a ser uma parte importante da produção especificamente capitalista, geradora de mais-valia relativa e incorporadora de permanente progresso técnico.

De outro lado, a grande e nova importância da indústria de bens de consumo durável, principalmente da indústria automobilística, torna a demanda agregada dependente não apenas da decisão dos investidores, como afirma a teoria econômica inclusive keynesiana, mas também dos consumidores. Enquanto os consumidores tomavam apenas decisões sobre a compra de bens de consumo imediato, essas decisões eram pouco significativas, já que os consumidores tinham pouca liberdade para escolher. No momento, entretanto, em que se tornavam proprietários de bens duráveis de consumo, e passavam a ter a alternativa de adiar ou de apressar sua compra e reposição, a decisão dos consumidores tornou-se muito mais estratégica na determinação das flutuações da demanda efetiva.

Em consequência desses fatos novos, uma nova dualidade se estabeleceu nas economias capitalistas avançadas. Em vez da dualidade entre economia feudal e camponesa de um

lado e economia capitalista de outro, temos o confronto entre o sistema de mercado ou do Capitalismo Competitivo e o sistema de planejamento ou do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático. Essa nova dualidade foi estudada de forma pioneira por John Kenneth Galbraith e conduz a uma revisão sistemática da teoria econômica, na medida em que esta é obrigada a lidar com novas realidades.

É preciso, entretanto, assinalar que os fatos novos que acabamos de examinar, embora tenham efeitos contraditórios, não levam à conclusão de que a taxa de lucro e a taxa de acumulação capitalista tendam necessariamente a entrar em crise. O processo de acumulação sofreu e vai continuar sofrendo modificações profundas, mas nada justifica uma teoria da estagnação nos quadros do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático.

2

Se não há razão para prever a estagnação do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, isto não implica que ele não esteja sujeito a crises. Os ciclos longos de Kondratieff e os ciclos econômicos normais de Juglar continuam a operar, ainda que possam ter sido parcialmente amenizados e ainda que essa dinâmica tenha sofrido alterações.

Há algumas idéias bastante difundidas a respeito das alterações ocorridas na dinâmica do ciclo depois que as políticas econômicas keynesianas passaram a ser postas em prática.

A primeira idéia é a de que as políticas econômicas keynesianas, ou seja, as políticas econômicas de administração da demanda agregada, teriam como resultado uma redução do grau de flutuação dos ciclos econômicos, de forma que os auges de prosperidade e as depressões seriam menos acentuadas. Houve mesmo autores que acreditaram que os ciclos econômicos não mais existiriam, depois que o Estado passou a controlar a demanda agregada através de políticas fiscais e monetárias. Embora esta última posição seja claramente fruto de uma ilusão tecnoburocrática, ao pretender negar a própria dinâmica cíclica desequilibrada da acumulação capitalista, não há dúvida de que foi possível amenizar as flutuações cíclicas através da intervenção do Estado.

Esta intervenção ocorre quando a economia se aproxima do auge e quando a reversão cíclica ocorre e se desencadeia a recessão. No primeiro caso, conforme observou Kalecki, o ciclo assume um caráter político.² Na fase final de expansão, quando a economia aproxima-se do pleno emprego, o esgotamento do exército industrial de reserva leva a um aumento de salários maior do que o da produtividade. As previsões sobre os lucros somadas às previsões inflacionárias levam o Estado a adotar políticas de estabilização, cuja principal justificativa é a necessidade de combater a inflação. A necessidade da classe capitalista em conter o crescimento dos salários e em reduzir a capacidade de organização dos trabalhadores, entretanto, é provavelmente o fator decisivo na adoção de políticas fiscais e monetárias de estabilização, que provocam antecipadamente a reversão cíclica.

Em contrapartida, depois de ocorrida a reversão cíclica e iniciada a recessão, a política econômica de sustentação da demanda impede que a crise se aprofunde. O Estado keynesiano assume, então plenamente, seu papel de proteger o sistema econômico capitalista, através de políticas fiscais e monetárias expansivas. Conforme observa um dos mais competentes economistas marxistas norte-americanos, Thomas Weisskopf, “as políticas keynesianas ajudaram a manter níveis relativamente altos de emprego e utilização de capacidade, e a evitar os desperdícios decorrentes de fortes crises que nos estágios iniciais do capitalismo reduziriam sua taxa de crescimento de longo prazo”.³

Impedir, portanto, a elevação da taxa de salários e as pressões inflacionárias desacelerando a economia quando esta se aproxima do auge, e, inversamente, estimulando a demanda quando o ciclo aproxima-se do fundo do poço, são as duas formas óbvias através das quais o Estado promoveu no pós-guerra a relativa estabilização do ciclo. Resulta daí uma política de *stop and go*, ou seja, de sucessivas desacelerações e acelerações da economia, que têm como conseqüência uma certa redução da duração média dos ciclos econômicos. Foi o que ocorreu nos Estados Unidos nos anos cinquenta, quando

² Michal Kalecki, “Political aspects of full employment”, *op. cit.*

³ Thomas Weisskopf, “The current economic crisis in historical perspective”, em *Socialist Review*, 1981, p. 18.

tivemos recessões sucessivas em 1949-50, 1953-54, 1957-58 e 1960-61.⁴ As recessões, entretanto, eram suaves, extremamente suaves, e logo a economia voltava a crescer. Foi também o que ocorreu na Inglaterra em todo o pós-guerra. As políticas de aceleração e desaceleração se sucediam, reduzindo a duração do ciclo e a gravidade de suas flutuações.

Entretanto há uma outra forma ou um outro momento de intervenção keynesiana que é menos óbvia, mas talvez mais importante. Ao invés de pensarmos nessa intervenção como um processo de cortar prematuramente a expansão e reduzir a duração do ciclo, podemos ver as políticas keynesianas como uma forma de evitar a reversão cíclica e prolongar artificialmente, ainda que controladamente, o período de expansão. Procura-se sempre evitar o paroxismo do auge mas, ao mesmo tempo, pretende-se estender no tempo a expansão controlada, evitando-se a reversão cíclica. Foi o que ocorreu tipicamente nos Estados Unidos nos anos sessenta e início dos setenta, e, de um modo geral, é o que ocorre nos países subdesenvolvidos. Na América Latina e em particular no Brasil nos anos setenta houve claramente um processo de prolongamento da expansão a partir de 1974, quando o movimento do ciclo apontava claramente em direção à recessão.

Ao prolongar artificialmente a fase de expansão, o Estado alonga ao invés de encurtar a duração do ciclo, na sua fase expansiva. Em compensação, a experiência do final dos anos setenta e início dos anos oitenta parece demonstrar que, em seguida, o Estado é obrigado a realizar uma política recessiva muito mais severa, acentuando ao invés de atenuar a crise.

De fato, as distorções que se produzem na economia, enquanto esta é mantida artificialmente em expansão, são profundas. De um lado temos um generalizado processo de endividamento das empresas e principalmente do Estado, que acumula déficits públicos. De outro, na medida em que as empresas e os trabalhadores se sentem protegidos pelo Estado, não tratam de acelerar o aumento da produtividade nem

⁴ Paul Singer observou corretamente estes fatos em seu artigo pioneiro no Brasil, "Ciclos de conjuntura em economias subdesenvolvidas", *Revista Civilização Brasileira*, nº 2, maio 1965, republicada em *Desenvolvimento e Crise*, São Paulo, DIFEL, 1968, p. 142.

realizar as reformas institucionais necessárias para corrigir as distorções existentes.

Estas distorções acabam tendo como conseqüência ou se resolvendo através da elevação da taxa de inflação, como resultado de aumentos de salários reais acima de produtividade nos setores trabalhistas organizados e de aumento de margens de lucro nos setores monopolistas ou oligopolistas da economia. Os aumentos de margens por parte das empresas oligopolistas nessa fase de prolongamento artificial de expansão visam fundamentalmente manter sua taxa de lucro, ameaçada por um lado pela elevação dos salários reais acima da produtividade e, de outro, por uma demanda precariamente sustentada. A taxa média de lucro do sistema capitalista, entretanto, tende a cair, já que o setor competitivo de economia não consegue sequer manter, muito menos elevar, suas margens de lucro. Verifica-se, então, um processo de estrangulamento dos lucros não apenas no curto período da segunda fase da expansão de um ciclo normal (cerca de dois anos), mas um estrangulamento dos lucros de longa duração, que só pode ser compreendido à luz de um prolongamento artificial da expansão cíclica.

De fato, entre 1965 e 1973, enquanto a taxa de salários reais, depois dos impostos nos Estados, cresceu 3,4% ao ano, a taxa de lucro líquido decresceu à taxa anual de 0,6%.⁵ Tivemos assim um estrangulamento dos lucros de longa duração, ao mesmo tempo em que políticas econômicas keynesianas procuravam sustentar a demanda agregada. Em 1974-75 temos afinal uma nova recessão nos Estados Unidos mas a economia volta em seguida a crescer graças a uma política fiscal expansionista. As distorções da economia, entretanto, continuam a aprofundar-se, capitaneadas pelo aumento da taxa de inflação. A insatisfação da classe capitalista com as políticas keynesianas cresce, as técnicas econômicas conservadoras de caráter monetarista ou de *economia de oferta* ganham força e, afinal, o Estado é levado a políticas econômicas severamente recessivas e de longa duração, como ocorreu nos Estados Unidos entre 1979 e 1982, ou na Inglaterra um pouco antes. Ao invés das suaves desacelerações e acelerações

⁵ Cf. James T. Campen e Arthur MacEwan, *op. cit.*, p. 5.

(*stop and go*), temos o prolongamento artificial da expansão e depois a forte e longa contenção da economia.

Em resumo depois da intervenção sistemática do Estado sobre os agregados econômicos, que passa a ocorrer no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático do pós-guerra, temos duas mudanças alternativas no comportamento do ciclo econômico: ou o ciclo encurta e suas flutuações reduzem-se em função de uma política de aceleração e desaceleração, ou o ciclo se alonga devido ao prolongamento da expansão, mas em compensação se acentua a flutuação devido à severidade da contenção subsequente. Em qualquer das hipóteses, um fator exógeno — a política monetária e fiscal do Estado — passa a interferir no ciclo. Mas apesar desta interferência, o ciclo econômico, enquanto elemento essencial da dinâmica de acumulação capitalista, continua a ter suas leis próprias. E a idéia de sua superação continua uma ilusão tecnoburocrática, compartilhada não apenas por economistas keynesianos mas também por monetaristas, ilusão que a classe capitalista carinhosamente alimenta.

3

Além das mudanças no ciclo causadas pela interferência do Estado, é preciso também considerar as alterações internas à própria dinâmica cíclica que ocorreram em função das transformações tecnológicas e institucionais que marcaram a emergência do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático.

No plano do ciclo longo, ou de Kondratieff, temos fundamentalmente duas explicações alternativas ou complementares para a reversão cíclica: o esgotamento de uma onda de inovações e/ou a elevação da composição orgânica do capital.

Dado o extraordinário desenvolvimento tecnológico de caráter crescentemente poupador de capital, tudo indica que a primeira explicação, relacionada com a teoria de Schumpeter do esgotamento das ondas de inovação, ganhou mais força. Na medida em que ocorre a substituição de máquinas e processos menos eficientes por máquinas e processos mais eficientes, ao invés da substituição da força de trabalho por máquinas, o progresso técnico passa a poupar capital e a com-

posição orgânica do capital não cresce. Em contrapartida, a aceleração do progresso técnico torna as ondas de inovação um fator cada vez mais estratégico.

A teoria dos ciclos longos de Kondratieff e Schumpeter, elaborada nos anos vinte, teve uma clara confirmação nos anos setenta, quando a fase de desaceleração de um ciclo longo (o quarto Kondratieff) teve início. Encerrava-se então todo o período de extraordinário desenvolvimento iniciado durante a Segunda Guerra Mundial, que teve como motores fundamentais:

- 1) a segunda revolução da indústria automobilística e das vias expressas;
- 2) a indústria aeronáutica;
- 3) a indústria eletrônica de computadores de um lado e de televisores e aparelhos de som de outro; e, finalmente,
- 4) a indústria petroquímica.

O petróleo foi a energia barata que serviu de base para toda essa revolução. Por isso, quando em 1973 os preços do petróleo quadruplicaram, a fase de expansão do terceiro ciclo longo estava definitivamente terminada. Tudo indica, entretanto, que desde o final dos anos sessenta a onda longa de expansão esgotara suas virtualidades, mantendo-se entretanto artificialmente através das políticas keynesianas de sustentação da demanda.

Ignácio Rangel, que em 1972 já previa a crise da economia mundial a partir da teoria dos ciclos de Kondratieff, entende que a fase expansiva de um ciclo longo esgota-se quando a massa de capital acumulado referente a determinadas tecnologias que viabilizam aquele ciclo tornam-se obsoletas. É necessário então sucateá-las. O custo desse sucateamento, entretanto, é imenso e o capital acumulado e cristalizado transforma-se em um empecilho à introdução de novas técnicas, ao mesmo tempo em que o mercado não mais se expande à taxa necessária para absorver a produção corrente. Nesses termos, segundo Rangel:

“as fases “b” dos ciclos longos encontram, assim, sua expressão final na acumulação de capitais (inclusive humanos) *não depreciados*... A certa altura, em seguida a um período de intensa renovação de capital fixo, passam a ponderar as forças propendentes para a pre-

vervação dos capitais recém-criados e a capacidade instalada encontra os limites do mercado. A *técnica* novíssima tende a ficar sem aplicação e a economia mergulha num cone de sombra”.⁶

Em resumo, nos primeiros ciclos longos a lei da tendência declinante da taxa de lucro em função da elevação da composição orgânica do capital podia ser um fator relativamente relevante para o esgotamento do ciclo, quando o progresso técnico não era principalmente poupador de capital. O esgotamento das ondas de inovação, entretanto, torna-se claramente mais importante quando à aceleração do progresso tecnológico ocorrida nesta segunda metade do século XX transforma definitivamente o progresso técnico no fator estratégico do processo de acumulação capitalista. Nesse momento a contínua introdução de novos produtos e de novas técnicas torna-se essencial para ampliar os mercados e aumentar a produtividade, garantindo a taxa de lucro do sistema. Por outro lado, o capital acumulado e já obsoleto transforma-se em um obstáculo à introdução de novos produtos e novas técnicas, que só serão adotados de forma generalizada depois de desencadear-se a crise.

4

No plano dos ciclos econômicos normais vimos no capítulo anterior que as três teorias que podiam ser utilizadas de forma alternativa ou complementar para explicar a reversão cíclica eram:

1) a teoria da elevação da composição orgânica do capital;

2) a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva; e

3) a teoria do subconsumo ou da crise de realização que tem como uma de suas vertentes a teoria da desproporção.

Vimos então que a primeira teoria tem pouca utilidade para explicar os ciclos de 10 anos, já que o breve período de expansão não permite uma efetiva elevação da composição

⁶ Ignácio Rangel, *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*, op. cit., p. 21.

orgânica do capital. O crescimento mais rápido da indústria de bens de capital em relação à indústria de bens de consumo, que caracteriza a fase de expansão do ciclo econômico, embora possa implicar uma certa elevação da composição orgânica do capital, não se ajusta a essa teoria, devendo, antes, ser discutido no âmbito da teoria do subconsumo e da desproporção e, mais especificamente, no quadro da teoria keynesiana da dinâmica multiplicador-acelerador.

Em contrapartida, a teoria do subconsumo e a teoria do estrangulamento dos lucros devido ao esgotamento do exército industrial de reserva ganharam claramente força após a Segunda Guerra Mundial. Não cabe aqui realizarmos uma avaliação das recessões ocorridas no pós-guerra, seja nos países centrais seja no Brasil.⁷

A teoria do subconsumo ganhou mais força explicativa para a reversão cíclica na medida em que os consumidores passaram a ter um maior poder de decisão sobre consumir ou deixar de consumir. E este fenômeno ocorreu devido à crescente importância dos bens de consumo duráveis na produção capitalista.

No século passado, a indústria de bens de consumo durável era, em grande parte, uma indústria artesanal ou semiartesanal, que não pertencia à esfera especificamente capitalista de produção. Residências, móveis, objetos de uso doméstico como porcelanas e cristais, carros puxados a cavalo dos mais variados tipos, eram os bens de consumo durável mais típicos. A partir deste século, entretanto, com a indústria automobilística e com a indústria de eletrodoméstico, a produção de bens de consumo durável torna-se predominantemente capitalista. Por outro lado, a indústria de móveis e de construção de residências assume também caráter cada vez mais capitalista. Em conseqüência, o processo de acumulação capitalista passa também a depender dessas indústrias.

No século passado a reversão cíclica podia ocorrer em função de os salários, na expansão, crescerem mais devagar

⁷ Sobre os Estados Unidos ver principalmente os trabalhos teóricos e empíricos de Howard Shermann, Robin Hahnel e Thomas Weisskopf já citados. Sobre o Brasil extensa bibliografia é encontrada em meu trabalho "Auge e declínio nos anos setenta", em *Revista de Economia Política*, vol. 3, nº 2, 1983.

do que os salários, resultando daí o subconsumo. Mas, na medida em que se tratavam de bens de consumo imediato, o poder de decisão ou a liberdade dos consumidores era limitada. Se os consumidores reduziam relativamente seu consumo na fase de expansão do ciclo, isto se devia fundamentalmente à defasagem entre o crescimento dos salários e dos lucros. Agora, com a indústria de bens de consumo durável, essa defasagem continua fundamental, mas a ela é necessário somar as perspectivas sobre o futuro que fazem os consumidores, já que eles têm a possibilidade de adiar seu consumo sem maiores dificuldades. Antes só interessavam as expectativas dos empresários quanto às suas oportunidades de lucro, porque são em função dessas expectativas que decidem os investimentos. Agora interessa também as expectativas dos consumidores quanto a seus salários e mais precisamente quanto a seus rendimentos futuros, porque suas decisões em relação ao consumo de bens duráveis somam-se, em termos de criação de demanda, às decisões de investimentos das empresas.

Mas se a teoria do subconsumo ganhou força explicativa, a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva ganhou mais força ainda, principalmente nos anos sessenta e início dos anos setenta, quando a força dos sindicatos operários não parava de crescer em função da onda longa de expansão cíclica e das políticas econômicas keynesianas de sustentação de demanda. Nesse quadro, o artigo de Boddy e Crotty⁸ tornou-se nos anos setenta um marco da literatura econômica sobre os ciclos.

É provável, entretanto, que, a partir do momento, em 1973, que a economia mundial entrou na fase de desaceleração do quarto ciclo longo, tenha diminuído a força explicativa da teoria do estrangulamento dos lucros devido ao esgotamento do exército industrial de reserva. As taxas de desemprego nos países centrais que, até 1973, haviam se reduzido a níveis baixíssimos, exigindo inclusive a importação de mão-de-obra, voltariam a crescer desde então para níveis em geral em torno de 10% da força de trabalho. Em consequência o poder dos sindicatos diminuiu e reduziu-se a capacidade de os trabalhadores organizados aumentarem seus salários acima

⁸ Robert Boddy e James Crotty, *op. cit.*

da taxa de crescimento da produtividade quando a economia se aproxima do auge cíclico.

É preciso, entretanto, observar que durante a grande onda longa expansiva do pós-guerra os sindicatos não apenas de operários mas também de empregados no setor serviços deram um salto qualitativo. Nesses termos, ainda que tenham perdido força devido ao aumento das taxas de desemprego na fase de desaceleração do quarto ciclo longo, os sindicatos continuam a ser poderosos e a ter capacidade de pressionar os salários para cima na última fase das expansões dos ciclos econômicos normais que compõem o ciclo longo.

5

A grande mudança no processo cíclico e, portanto, na própria dinâmica de acumulação capitalista nesta segunda metade do século XX, entretanto, foi a perda de poder dos mecanismos automáticos de mercado. Esses mecanismos jamais controlaram a economia capitalista com a eficiência e a precisão que os economistas neoclássicos pressupõem em seus modelos de competição perfeita. É preciso admitir, porém, que esses mecanismos eram decisivos enquanto prevaleceu o capitalismo competitivo. Não garantiam o pleno emprego e certamente não levavam a uma distribuição mais justa de renda, mas, pelo menos, funcionavam como regulador imperfeito da economia.

Keynes, com sua teoria da insuficiência crônica de demanda e, mais especificamente, com sua teoria sobre a baixa elasticidade da taxa de juros devido à tendência a se definirem as taxas de juros por convenção, demonstrou que o capitalismo não tem mecanismos automáticos que assegurem o pleno emprego. Por outro lado, Oscar Lange observou que o capitalismo é capitalismo é intrinsecamente incapaz de distribuir a renda de forma a alcançar o máximo bem-estar social, já que “a distribuição de renda é determinada pela distribuição da propriedade dos fatores básicos de produção. Esta distribuição é um dado histórico independente das expectativas de bem-estar social”.⁹ Nenhum dos dois, entretanto,

⁹ Oscar Lange, *Sobre la Teoría Económica del Socialismo*, Barcelona, Ariel, 1970,

remos às variáveis em cada etapa apresentem uma lógica ou uma coerência com as demais, porque já vimos que todas estas variáveis estão entrelaçadas e são interdependentes.

Nossa hipótese fundamental diz respeito ao comportamento da taxa de lucro. Não há dúvida sobre a existência de uma tendência declinante da taxa de lucro, ainda que o declínio efetivo da taxa de lucro não se realize necessariamente. A análise de Marx a respeito, enquanto vê nesta tendência o motor fundamental do desenvolvimento capitalista, é perfeita. A classe capitalista está sempre ameaçada pelo declínio da taxa de lucro, dada a tendência à elevação da relação capital-trabalho. Para evitar essa tendência está permanentemente tomando medidas que visam contrabalançar esta tendência. Estas medidas vão desde a adoção de tecnologia poupadora de capital até a transferência para o Estado das atividades capital-intensivas e de baixa rentabilidade, de forma a garantir a taxa de lucro privada.

A tendência declinante da taxa de lucro é, portanto, uma lei fundamental do desenvolvimento capitalista. A partir dessa lei, Marx, embora referindo-se às forças contrabalançadoras,¹ previu o efetivo declínio da taxa de lucro. Ainda que se possam encontrar algumas evidências de uma tendência declinante da taxa de lucro,² essas evidências são muito imprecisas e certamente não permitem a previsão a médio prazo do colapso do sistema capitalista, como pretende Marx. Abstraidos os ciclos econômicos, que naturalmente provocam flutuações bruscas na taxa de lucro, esta provavelmente permaneceu estável por longos períodos. Marx, embora nunca tenha estabelecido prazos definidos, previa que o declínio da taxa de lucro seria suficientemente rápido para levar o sistema capitalista ao colapso dentro de um tempo histórico relativamente curto. Nesse sentido a previsão de Marx não se con-

¹ Karl Marx, *O Capital*, Livro III, cap. XIV, Civilização Brasileira, 1974, Rio de Janeiro.

² Paul Bairoch, a partir de diversos estudos, fez uma análise de longo prazo. Encontrou taxas de lucro na Inglaterra e na França, no começo do século XIX, que deviam variar entre 20 e 40%. Na Inglaterra, no período 1956-1961, a taxa média de lucro era de 9,6%. Nos Estados Unidos, no período 1922-1929, as taxas de lucro situavam-se entre 9 e 11%; entre 1946 e 1950, estavam em torno de 14%; e entre 1951-55 desceram para 12% (cf. Paul Bairoch. *Revolución Industrial y Subdesarrollo*, Siglo XXI, 1967, pp. 69-75).

oferta. Agora principalmente as margens das empresas oligopolistas têm esse comportamento exatamente no momento inverso, quando a economia entra em recessão.¹⁰

O comportamento da taxa de juros também apresenta os sinais invertidos na recessão: ao invés de reduzir-se, aumenta. Foi o que ocorreu nas economias capitalistas centrais entre 1979 e 1982, quando as taxas reais de juros mais que dobraram em meio a uma profunda recessão. Foi também o que ocorreu no Brasil entre 1981 e 1983, em meio à estagnação da economia brasileira.

A causa desse comportamento inverso e perverso da taxa de juros na desaceleração cíclica não se deve ao comportamento das empresas e sindicatos monopolistas, como acontece no caso da estagflação, mas à política econômica do governo. Estas recessões são provocadas pela política econômica do governo, que pretende promover o ajustamento da economia, ou seja, a redução da taxa de inflação e o equilíbrio externo. Para alcançar esses objetivos a estratégia econômica e politicamente mais fácil e mais simples é promover a redução da quantidade real de moeda, promover a elevação da taxa de juros e, assim, desestimular os investimentos. Em consequência, altas taxas de juros e recessão passam a conviver, tornando inviável a recuperação automática de economia após a necessária queima de capitais que as crises provocam. Como a recessão foi provocada artificialmente pelas medidas de política econômica, a recuperação da economia também passa a depender de novas medidas de política econômica, que podem ser tomadas tardia ou prematuramente em relação à necessidade de sucateamento do capital tecnologicamente obsoleto.

6

Na verdade, nesse, como em uma série de outros processos, o que existe é a substituição parcial do mercado pelo Estado na função de coordenar a economia. O Estado Regulador passa a interferir de forma crescente na economia, não apenas controlando os agregados macroeconômicos básicos

¹⁰ Cf. Luiz Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, *Inflação e Recessão*, S. Paulo, Brasiliense, 1984.

— investimento, consumo, importações, exportações, quantidade de moeda — mas também interferindo diretamente nos preços de um número crescente de mercadorias, na taxa de câmbio, na taxa de salários e na taxa de juros.

Essa intervenção visa suprir as falhas de regulação do mercado. E realiza-se através de um sistema de aproximações sucessivas, de tentativa e erro. Nesse processo de intervenção, o Estado visa corrigir as distorções provocadas pelo mal funcionamento do mercado, mas, ao intervir, cria novas distorções, que por sua vez têm que ser corrigidas.

No caso da combinação de altas taxas de juros com recessão, uma consequência muito grave é o aumento dos níveis de endividamento, os quais acabam por ameaçar toda a estrutura do sistema econômico. De fato, a existência de devedores e credores em uma economia capitalista é um fenômeno perfeitamente normal desde que a taxa de juros, que estruturalmente é a parte da mais-valia que os capitalistas ativos cedem aos rentistas em troca de empréstimo do seu capital, seja menor do que a taxa de lucro. Em uma economia capitalista não regulada pelo Estado essa relação é geralmente mantida. Quando, na desaceleração cíclica, a taxa de lucros cai, a taxa de juros também cai, pelo menos até o nível da armadilha da liquidez. Nesses termos a taxa de crescimento dos níveis de endividamento diminui, ao mesmo tempo em que vão se estabelecendo as condições para a recuperação da economia.

Em contrapartida, se a taxa de juros se eleva na recessão ao mesmo tempo que a taxa de lucro cai, não apenas as condições para a recuperação desaparecem, mas o endividamento das empresas passa a crescer em termos reais de forma explosiva, abrindo um fosso cada vez maior entre credores e devedores.

Por outro lado, em relação ao endividamento público, este, ao atingir níveis elevadíssimos e ao ser onerado por taxas de juros reais muito mais altas, passa a se tornar cada vez mais causa do que consequência do déficit público, já que os juros pagos passam a ser um componente fundamental desse déficit. O aumento do déficit público deixa, assim, de ser sinal de aumento de demanda agregada corrente, e passa a ser mera consequência dos juros provocados pelas dívidas passadas.

Delinea-se, assim, uma crise financeira estrutural, baseada em altos índices de endividamento público e privado, altas taxas de juros, baixas taxas de lucro e déficits público crescentes. Os beneficiários desse processo são os rentistas e os intermediários financeiros, os prejudicados, o capital produtivo e os trabalhadores.

Se ampliarmos essa análise para o âmbito internacional, temos a divisão do mundo em países credores e devedores. Estes pagam juros elevados, ao mesmo tempo em que são obrigados, pelos credores, a realizar políticas econômicas internas recessivas, que baixam o retorno sobre o investimento das empresas locais, agravando cada vez mais sua situação. Os países credores, por sua vez, mantêm-se em recessão ou apresentam taxas de recuperação econômica muito débeis. Em consequência os países devedores não conseguem aumentar adequadamente suas exportações para os países credores. E assim, da mesma forma que no plano interno, o fosso entre credores e devedores no plano internacional só tende a aprofundar-se.

Nessa conjuntura o capitalismo existente nos países centrais vai se transformando em um capitalismo rentista. Dado o enorme volume da dívida assumida pelo Terceiro Mundo, não resta outra alternativa para os países credores, se desejarem meramente estabilizar essa dívida, senão apresentarem déficits de grande vulto em suas balanças comerciais com os países devedores, compensados por superávits em suas balanças de juros e dividendos. Em consequência, para estabilizar a dívida terão que limitar sua produção interna e importar bens dos países devedores, transformando-se em países rentistas, para os quais altas taxas de juros são afinal funcionais.

Estas altas taxas de juros, entretanto somadas ao alto nível de endividamento dos países do Terceiro Mundo, constroem uma crise financeira estrutural, que nos anos oitenta coloca em risco total o processo de acumulação ampliada do capital. Essa crise tem naturalmente uma face real: o esgotamento da onda de inovações do pós-guerra e o início da fase de desacelerações do quarto ciclo longo.

7

O diagnóstico dos economistas conservadores a respeito dessa crise consiste em atribuí-la ao excesso de intervenção do Estado na economia. Embora tenha alguma base na realidade, dadas as distorções que a intervenção necessariamente provoca, esse diagnóstico é basicamente falso porque ignora as insuficiências estruturais da regulação via mercado nos quadros do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, porque pretende voltar a uma economia competitiva de pequenas e médias empresas que já não é mais viável tecnologicamente, porque não leva em consideração as bases reais da crise, que têm caráter tecnológico e distributivo, e finalmente porque suas próprias propostas de política econômica, embora aparentemente livre-mercadistas, são de fato também fortemente intervencionistas. Os monetaristas, por exemplo, para lograrem o firme controle da quantidade de moeda que pretendem, são obrigados a um grau de intervenção sobre a economia que, pelo menos nos países subdesenvolvidos, só é compatível com um alto grau de autoritarismo político.

Por outro lado, o diagnóstico dos economistas progressistas, keynesianos ou neomarxistas, pretende resolver a crise através de maior e mais correta intervenção do Estado. Através de um processo contínuo de tentativa e erro, o Estado iria corrigindo não apenas as distorções do mercado, mas também as distorções causadas por sua própria intervenção.

Essa posição é mais compatível com a realidade do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático. É preciso, entretanto, assinalar que a intervenção do Estado Regulador, embora imprecindível e inevitável, é, por outro lado, claramente limitada. Ao intervir sobre um processo de acumulação em que as variáveis fundamentais — a taxa de mais-valia, a taxa de lucro, a taxa de juros, a taxa de salários, a taxa de câmbio, o nível dos preços, a composição técnica e a composição orgânica do capital, a relação produto-capital e a produtividade do trabalho, a taxa de acumulação e a taxa de crescimento da economia — estão todas embutidas e submetidas à lei do valor, é fácil compreender que os limites ou o raio de manobra da política econômica governamental são muito estreitos. A lei do valor, ao exigir que as mercadorias sejam trocadas de acordo com seus preços de produção,

impõe limites muito definidos ao sistema de estímulos e subsídios de um lado, e de impostos ou sobretaxas de outro, que constituem o cerne de qualquer política econômica. Se a intervenção tende a levar a um afastamento ao invés de a uma aproximação entre os preços de mercado e os preços de produção (que, por sua vez, são rigorosamente dependentes do valor das mercadorias), essa intervenção tenderá a provocar mais distorções do que corrigi-las.

Política econômica — e, portanto, intervenção do Estado na economia — é assim a questão central ou pelo menos a questão de fronteira da teoria econômica contemporânea. O debate entre neomarxistas, keynesianos clássicos, monetaristas e economistas de oferta é fundamentalmente um debate sobre política econômica. Mas é também um debate sobre a teoria do valor e sobre a dinâmica da acumulação e da distribuição da renda entre os salários e lucros, já que é impossível falar em política econômica sem ter como pressuposto uma visão sobre a teoria do valor, e principalmente sobre as leis que regem a produção e a distribuição de bens, ou seja, sobre a dinâmica de longo prazo e cíclica da acumulação capitalista e sobre a distribuição da renda entre lucros, salários e ordenados. Foram sobre estes últimos temas que versou este livro.